

CONTABILIDADE INTERNACIONAL: o Brasil e o processo de harmonização das normas internacionais contábeis.

Larissa Alves Castro*

Luciana Silva Moraes**

RESUMO

A globalização de mercado aproximou o mundo dos negócios e influenciou na necessidade de uma convergência de normas internacionais contábeis, já que a contabilidade é considerada a linguagem dos negócios. Essas normas modificaram a forma de contabilizar no Brasil. Com a necessidade de compreender o período atual, o presente trabalho buscou o objetivo de abordar as transformações que existiram com a adoção das *Internatinoal Financial Reporting Standards* (IFRS), ou Normas Internacionais de Contabilidade, em especial, para as Pequenas e Médias empresas e, ainda, demonstrar os desafios mais relevantes dos profissionais contábeis no município de Barreiras no estado da Bahia. Com finalidade de atingir esses objetivos, foram realizados exames bibliográficos sobre as introduções das normas internacionais no Brasil, em particular para as Pequenas e Médias Empresas, bem como uma pesquisa de campo em 11 contabilidades, com questionários aplicados aos contadores.

Palavras-chave: convergência de normas internacionais, Normas Internacionais de Contabilidade, Pequenas e Médias Empresas.

*Larissa Alves Castro – acadêmica de Ciências Contábeis. Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. E-mail: larissa_a.castro@hotmail.com.

**Lucina Silva Moraes – coordenadora de Ciências Contábeis. Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. Educadora, contadora e mestra em Administração. E-mail: lumoresba@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é considerada a principal linguagem dos negócios, segundo Niyama (2012). Por ser uma ciência social aplicada, é intensamente influenciada por diversos aspectos, tais como estrutura política, econômica, social e cultural.

Cada país possui formas individuais de relatórios contábeis, que são totalmente necessários para os principais usuários em busca dessas informações. Nos últimos anos com o decorrer da globalização de mercado, o mundo veio se aproximando e cada vez mais, influenciando na necessidade de surgir uma convergência de normas internacionais de contabilidade, com o intuito de serem aceitas por jurisdições de todo o mundo. Essa tendência de uma harmonização das normas contábeis chegou ao Brasil, visando diminuir custos operacionais e expandir o mercado de capitais, fazendo com que as informações contábeis aumentassem mais ainda sua importância para auxílio de decisões de investimentos, financiamentos e créditos.

Entretanto, tal harmonização vem modificando normas e introduzindo novos princípios na seara contábil e diante de todas essas mudanças que estão ocorrendo no universo da contabilidade brasileira tornam-se oportuna realização de estudos, de pesquisas, de debates e palestras que venham contribuir com o aprimoramento do conhecimento na área.

É importante justificar que esse trabalho surgiu devido à escassez do que se aborda sobre o tema em projetos de pesquisas desde sua adoção no Brasil, com a finalidade de levar aos alunos e interessados na pesquisa, um grau a mais no conhecimento. Ainda, é de fundamental importância na vida do acadêmico de ciências contábeis que já tem que se familiarizar com as novas normas emitidas pelo o IASB.

Além disso, almeja-se da melhor forma compreender o período atual que contabilidade está passando e o que representa essas mudanças para pequenas e médias empresas, especialmente, os seus maiores impactos através da utilização das IFRS. E com o emprego de pesquisa de campo, identificar quais os maiores desafios que os profissionais contábeis estão vivenciando e ou terão que enfrentar.

Ante exposto, a globalização foi um dos fatores primordiais para que houvesse a importância de harmonização as práticas contábeis em todo mundo, com o intuito de que, as demonstrações financeiras pudessem ser explicadas com mais nitidez por todos seus usuários.

Nos últimos anos, o cenário brasileiro vem vivenciando uma das maiores transformações na sua contabilidade, devido à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Nesta perspectiva o problema é apresentado: Quais são as normas internacionais de contabilidade incorporadas ao processo do fazer contábil junto às pequenas e micro empresas brasileira? E quais os impactos mais relevantes para as pequenas e médias empresas (PMEs) e quais os desafios que os profissionais contábeis terão após o Brasil ter adotado o IFRS no município de Barreiras-BA?

Este estudo teve os objetivo geral de verificar quais os maiores impactos que as pequenas e médias empresas terão com a adoção do IFRS e Investigar quais os desafios dos profissionais contábeis no município de Barreiras após essa nova regulamentação. E como objetivos específicos examinar o IFRS para pequenas e médias empresas emitidas pelo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, confrontarem as atuais com as antigas normas brasileiras de contabilidade que existia nesse seguimento, e por fim, levantar junto aos contadores no município de Barreiras os atuais desafios em relações a aplicação da internacionalização da contabilidade junto às PMEs.

2. PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

2.1. Aspectos Gerais

A contabilidade é um instrumento de suma importância com a finalidade de auxiliar as empresas nas tomadas de decisões. Uma ciência social que trata do estudo e controle do patrimônio das empresas, atinentes aos atos e fatos da administração e da economia. Segundo Silva (apud MARION, 2005, p.26), o objetivo da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários como: Investidores, Fornecedores, Bancos, Governo, Sindicatos, Funcionários. Sabemos ainda que, a contabilidade é indispensável a toda e qualquer empresa seja ela qual for seu segmento, seu porte ou sua forma de tributação, medindo os resultados e avaliando os desempenhos, que sirvam de suporte para as tomadas de decisões.

Com o passar de cada ano, nossa contabilidade vem-se evoluindo, proporcionando aos usuários maior exatidão por meio de seus sistemas, gerando demonstrações contábeis mais rápidas e eficientes. Tendo em vista essa evolução, chegamos há uma época onde essas informações geradas pelo o sistema de contabilidade tomaram uma dimensão maior, quebrando as fronteiras e expandindo-se a uma contabilidade em que pudesse não só atender as demandas imposta apenas no próprio país, mas sim uma que estivesse à visão de atender a diversas jurisdições do mundo, a denominada Contabilidade Internacional.

Essa contabilidade, busca proporcionar uma harmonização da prática contábil a todos os seus usuários, no intuito de reduzir os custos que eram produzidos na transformação dos relatórios financeiros de país para outro país.

2.2. Histórico

Historicamente, a criação da contabilidade ocorreu a mais de dez mil anos, devido às organizações sentirem a necessidade de mensurar e relatar seus recursos. Os primeiros sistemas de contabilização empregando partidas dobradas – métodos aplicados por comerciantes, com o intuito de controlar suas operações – surgiram no Norte da Itália, com desenvolvimento social e econômico, logo após o século XII, motivado pelo o crescimento da população e pelas oportunidades econômicas proporcionadas pelas Cruzadas.

Dáí em diante, a utilização dos sistemas de partidas dobradas tomou amplitude, acompanhando a evolução dos modelos comerciais, alastrando-se por diversos países como Alemanha, França, Espanha, Inglaterra, até chegar aos Estados Unidos, que devido a sua grande elevação econômica, transformou-se no principal centro de propagação da teoria contábil e dos modelos de relatórios financeiros.

Com isso, diferentes práticas e regulamentações foram ampliadas isoladamente a contabilidade, em função de atender as necessidades locais e características econômicas de cada país, criando assim diversas variações a contabilidade.

Para os autores Schmidt, Santos e Fernandes (2006, p.12) são classificados:

Os principais fatores que originaram esta variedade de padrões contábeis foram: a natureza da atividade econômica; o grau de sofisticação da sociedade e dos negócios; o estágio de desenvolvimento econômico; o padrão e a velocidade do crescimento econômico; o histórico da estabilização de preços ou experiência inflacionária do país; e, principalmente, a natureza do sistema legal do país que impacta a abordagem contábil utilizada, bem como os relatórios elaborados pela contabilidade

Assim, com o decorrer dos anos, a globalização de mercado tomou amplitude, aproximando o mundo cada vez mais nas últimas décadas, tornando-se inerente a necessidade de uma contabilidade que pudesse atender a essa evolução, já que, ela é vista como a principal linguagem dos negócios. Contudo, esse processo de comunicação dificultou-se pela a existência de divergências internacionais nos relatórios financeiros.

Com base nessa circunstância, que começou a se pensar na existência de uma contabilidade internacional. Na harmonização de padrões contábeis facilitando e contribuindo para melhorar a comunicação das mesmas em diversos países, com o intuito de reduzir nos

relatórios contábeis as distinções internacionais, além de custos financeiros gerados para gerenciar sistemas contábeis distintos em diferentes jurisdições.

2.3. Convergência Internacional Contábil

Na literatura mundial, não há uma data exata que defina o início dos estudos sobre Contabilidade Internacional, mas pode-se traçar uma linha divisória por volta de 1950-1960, após término da Segunda Guerra Mundial e o restabelecimento do comércio internacional mundial. (NIYAMA, 2008, p.21)

A evolução das transações e relações comerciais internacionais incitou a ideia de harmonização das normas contábeis. Dessa forma, o desenvolvimento de mercado exigiu consequentemente, o da contabilidade. Haja vista, que por ser uma ciência social os métodos utilizados pela contabilidade seria distinto em diversos países.

Apesar disso, a contabilidade aceitava a prática contábil norte-americana – denominada por vários autores como modelo Anglo-Saxão, tendo como características: profissão contábil forte e influente, sólido mercado de capitais, pouca intervenção governamental nas práticas contábeis e demonstrações financeiras que procuram atender primeiramente aos investidores – como a predominante no cenário internacional, devido ao país ser a maior economia e o maior mercado de capitais do mundo. Entretanto, para que houvesse uma harmonização comum dessas práticas contábeis, seria necessária a participação de outros países, que dentre eles existira o modelo Continental, outro sistema contábil distinto do modelo Anglo-Saxão, que tem como características: profissão contábil fraca e com pouca influência, forte intervenção governamental para estabelecer padrões contábeis, especialmente de natureza fiscal, além de suas demonstrações financeiras atenderem em primeiro lugar o governo e os credores em vez dos investidores.

Os Estados Unidos quem iniciou o desenvolvimento de um organismo emissor de normas internacionais contábeis, denominado FASB, no ano de 1973. Porém, a prática de harmonização só começou a tomar dimensão após 2001 com a criação do IASB, antigo IASC. Isso porque o IASB sendo uma entidade representativa e independente para vários países, bem como aos usuários da contabilidade, tinha a finalidade de desenvolver um conjunto único de princípios contábeis que fosse aceitos e aproveitados internacionalmente, diferente do FASB que tinha âmbito regional.

2.3.1. Financial Accounting Standards Board – FASB

Criado em 1973 e com sede nos Estados Unidos da América, a *Financial Accounting Standards Board* (FASB) é uma instituição sem fins lucrativos com a finalidade de unificar os procedimentos contábeis financeiros das empresas privadas e não governamentais. É um órgão reconhecido e autorizado pelo *Securities and Exchange Commission* (SEC), que tem a mesma função do Comitê de Valores Mobiliários, tendo suas normas oficialmente adotadas.

Conforme Muller e Scherer (2012, p.94):

A missão do Fasb é, basicamente, estabelecer e aperfeiçoar padrões (práticas) de contabilidade e divulgação financeira. Deve-se observar que o estabelecimento desses padrões é tido como fundamental para o correto funcionamento dos mercados de capitais norte-america.

2.3.2. *International Accounting Standards Board – IASB*

O *International Accounting Standards Board* (IASB) com sede em Londres foi criado em 29 de junho de 1973, ainda denominado *International Accounting Standards Committee* (IASC), por uma convenção entre nove países, e depois houve aderências de organizações profissionais de outros países na qualidade de membros associados. Seu objetivo é criar e disseminar normas internacionais contábeis que possam ser utilizadas em vários países.

Para Muller e Scherer (2012, p.23) o IASB é:

Um órgão independente do setor privado que se propõe ao estudo de padrões contábeis. Sendo responsável pela a criação, disseminação e utilização regulares de um padrão de normas internacionais, buscando a convergência de normas entre os mais diversos países que integram seu quadro de membros.

2.3.3. *International Financial Reporting Standards – IFRS*

A IFRS é normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. É uma organização do setor independente, privado a trabalhar no interesse público.

Assim disposto no site da IFRS:

Os principais objetivos da Fundação IFRS são: para desenvolver um único conjunto de alta qualidade, compreensível, *International Financial Reporting Standards* exigíveis e globalmente aceitas (IFRS), através de seu corpo normativo, o *International Accounting Standards Board* (IASB); para promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; para ter em conta as necessidades de relatórios financeiros das economias emergentes e de pequenas e médio porte (PME), e promover e facilitar a adoção do IFRS, sendo as normas e interpretações emitidas pelo IASB, através da convergência das normas contábeis nacionais e IFRS.

2.4. **Cenário Brasileiro**

Antes de qualquer coisa, é respeitável diferenciar, mesmo tendo muito em comum na história da Contabilidade Internacional, harmonização de convergência contábil. Harmonização é um amoldamento, ou seja, um alinhamento das normas internacionais aos princípios locais, não sendo uma ingênua e simples adoção, já a convergência contábil tem em vista acabar com as distinções entre as normas enunciadas pelos órgãos competentes que direcionam empenhos para a convergência ao invés da harmonização das normas e práticas contábeis. Em resumo, acredita-se que a convergência convenha de destaque da harmonização contábil.

Levando em consideração o crescente momento da globalização para a economia Brasileira, em que empresas brasileiras competem por negócios e pela conquista de recursos financeiros internacionais, em forma de capital e financiamento como empresas que tem o mesmo teor de segmentos em diversos locais do mundo, e apresentado o valor da convergência das normas internacionais contábeis, o procedimento de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade as normas internacionais vem sendo um dos mais admiráveis acontecimentos para a Contabilidade brasileira no decorrer dos últimos tempos.

Esse processo no Brasil de admissão do IFRS, ou normas internacionais contábeis, é seguido por várias ações de órgãos reguladores. Segundo Silva (apud GIROTTO, 2008), três ações concretas foram decisivas para inserirem o Brasil no processo de convergência internacional: a) a criação de Comitê dos Pronunciamentos Contábeis, em 2005; b) a criação do Comitê de Gestor da Convergência no Brasil, em 2007; e c) a promulgação da Lei n.º 11.638, em 2007.

O Comitê dos Pronunciamentos Contábeis foi constituído por seis entidades, que são: Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IMBRACON) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI).

Posto da necessidade de convergência internacional das normas contábeis o Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi criado em sete de outubro de 2005, através da resolução CFC n.º 1.055 que tem como objetivo segundo a própria resolução:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização de seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

É o CPC quem alimenta o envio de pronunciamentos que dão consequências concretas a todas as IFRS aprovadas pelo IASB. Sabendo que, para causarem efeitos legais, são afiançados por institutos governamentais e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O Comitê Gestor da Convergência no Brasil foi criado pelo o Conselho Federal de Contabilidade em 2007, através da Resolução CFC n.º 1.103/07. Ele é composto por o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (Bacen), e o próprio Conselho Federal de Contabilidade e tem como coordenadores Verônica Cunha de Souto Maior e Lino Martins da Silva, recomendados pelo CFC e Ana Maria Elorrieta, recomendada pelo IBRACON. A principal finalidade do Comitê é supervisionar os campos de auditoria, contabilidade pública e assuntos regulatórios os empenhos indispensáveis para convergência das normas de contabilidade no Brasil para as internacionais. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade seu objetivo é:

Identificar e monitorar as ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das Normas Contábeis e de auditoria, a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC, dos Pronunciamentos de Contabilidade e Auditoria editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IBRACON, respectivamente, bem como de assuntos regulatórios no Brasil, visando o alinhamento às Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela IFAC e às melhores práticas internacionais em matéria regulatória.

A Lei n.º 11.638/07 foi promulgada no Congresso Nacional em 28 de dezembro no ano de 2007, como consequência da tramitação do Projeto Lei n.º 3.741/00, essa lei resultou na alteração da Lei n.º 6.404/76 que é a Lei das S/A, com o objetivo de amoldar a contabilidade do país à contabilidade mundial. A finalidade era que, com a promulgação desta Lei, várias inovações fossem inseridas a matéria contábil do nosso país, com a intenção de produzir demonstrações financeiras ainda mais favoráveis aos investidores e aos usuários externos.

Contudo, a adoção das normas internacionais de contabilidade, denominadas IFRS, só se tornou obrigatória para as empresas no ano de 2010. Isso através do Comunicado n.º 14.259, de 10 de março de 2006, quando o Banco Central do Brasil (BACEN) solicitou das instituições financeiras suas demonstrações contábeis elaboradas e publicadas firmemente em conforme com as IFRS.

Também, a comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Instrução CVM n.º 457, solicitou das sociedades abertas que suas demonstrações consolidadas fossem publicadas em 2010 conforme as IFRS. Essa mesma solicitação foi ato da Superintendência de Seguros

Privado (Susep), através da Circular n.º 357, do ano de 2007, encaminhadas as suas regimentadas.

Silva (2013, p.56) considera que "embora muito já tenha sido feito em termos de regulamentação, a realidade aponta para o reconhecimento de que ainda existem muitos desafios em relação à adoção e à difusão do conhecimento sobre IFRS para as empresas brasileiras". Se analisarmos as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), sabemos que existe na prática uma especial preocupação com as mesmas, basicamente devido não existirem pessoas que sejam capacitados para a adoção efetiva das práticas internacionais contábeis, além disso, há uma dificuldade na distinção de dois controles contábeis que são independentes na gestão das empresas, o fiscal e o contábil, pois sabemos que os objetivos de cada um se diferem entre si.

É importante acrescentar, que para que seja bem sucedida a realização das IFRS é preciso avaliar uma estratégia detalhada das essenciais práticas e políticas contábeis adquiridas pela empresa confrontando com demandas pelas as normas internacionais, para que, se possa delinear detalhadamente um plano de ação com o intuito de que as modificações ocorram com menor impacto nas políticas contábeis, nos processos e nos controles internos da entidade, podendo gerar custos de adaptação e realização de novas rotinas de sistema. Entretanto, o Brasil adequar-se as normas internacionais contábeis concebe uma grande caminhada na abertura de máxima transparência das informações contábeis e avanço nas práticas administrativas das empresas, aperfeiçoando de tal modo sua imagem no que refere-se comunicação com o mercado.

Ainda, para Silva (2013, p.57) há um resumo dos que se destacam como os benefícios da adoção das IFRS no Brasil:

- a) maior possibilidade de comparabilidade com as empresas do mesmo segmento de outros países; b) aumento da transparência e da qualidade das informações dos relatórios financeiros; c) aumento da segurança e redução do risco dos investidores globais; d) facilidade na captação de crédito com menor custo de capital para as empresas; e) facilidade na consolidação das demonstrações financeiras.

Além disso, estudos confirmam que as empresas que abraçam essas novas normas obtêm uma maior qualidade contábil e podem ter custos menores de capital em vista daquelas que não adotarem.

2.5. Adequação das Novas Regras Contábeis para PMEs

Primeiramente, é inerente classificar que as Pequenas e Médias Empresas brasileiras são aquelas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

No mês de julho de 2009, foi publicada pelo o IASB uma versão simples das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas, denominadas de IFRS for SMEs, devido à representação delas no mundo do negócio. Este compacto conteúdo, tem em vista facilitar a vida dos profissionais de contabilidade que atuam nas pequenas e médias empresas para melhor adotar e entender as IFRS, tendo aproximadamente 10% equivalente à versão integral da IFRS e contendo somente 10% das divulgações decretadas pela a versão integral das IFRS. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, autenticou com base na IFRS for SMEs do IASB em dezembro de 2009, o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, conhecida principalmente como CPC PME.

O Conselho Federal de Contabilidade com a finalidade de seguir a tendência mundial converteu em Normas Brasileiras de Contabilidade tudo que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitia como Pronunciamentos Técnicos, sendo que estes têm como base as IFRS que são enunciadas pelo IASB e as IAS anteriormente enunciadas pelo IASC, inclusivamente o CPC PME. Com base nisso, converteram o Pronunciamento Técnico PME em norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 19.41 – através da Resolução CFC n.º 1.255/09, entrando em vigor em 31 de dezembro de 2010. E logo após a Resolução CFC n.º 1.329/11, a NBC T 19.41, adveio a ser denominada de NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

De tal modo, o Brasil passou a possuir dois formatos de preparação da escrituração contábil e das demonstrações financeiras, sendo, as IFRS completas e as IFRS para PMEs. As IFRS completas precisam ser aproveitadas pelas as sociedades de capital aberto e as avaliadas como grande porte por meio da Lei n.º 11.638/07, além das empresas que são obrigadas por órgãos regulamentadores, como por exemplo, a CVM e a Susep. Já as IFRS para PMEs são para as empresas que não tem obrigação de publicar prestações de contas e suas demonstrações contábeis são para fins gerais para usuários externos. Faz-se necessário que o profissional da contabilidade fique atento a esse conceito, verificando se a entidade pode preparar suas demonstrações contábeis de acordo com a mencionada norma. É importante definir que as PMEs não precisa limites quantitativos como o valor dos ativos ou valor do faturamento, e não necessita de um especial processo para adotar as IFRS para PMEs, por seus proprietários, distinguindo do que ocorre nas empresas que possuem obrigação pública de prestação de contas. Resumindo, qualquer empresa que seja obrigada a prestar

publicamente suas contas, não podem executar suas demonstrações e nem publicar suas demonstrações de acordo com o CPC para PMEs.

2.6. Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas de Acordo com IFRS

Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas brasileiras, denominadas CPC PME, foram atribuídas algumas transformações na contabilidade, tanto nos conceitos, como nas demonstrações.

Nas demonstrações, o objetivo é oferecer informações sobre a posição financeira, o desempenho e fluxos de caixa da entidade, necessitando proporcionar aos seus usuários base firme para as tomadas de decisões, com isso, foram definidos alguns conceitos de características qualitativas que devem reinvestir as demonstrações contábeis.

Sendo elas de acordo com o CPC PME:

Compreensibilidade

A informação apresentada em demonstrações contábeis deve ser apresentada de modo a torná-la compreensível por usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e de contabilidade, e a disposição de estudar a informação com razoável diligência.

Relevância

A informação fornecida em demonstrações contábeis deve ser relevante para as necessidades de decisão dos usuários.

Materialidade

A informação é material – e, portanto tem relevância – se sua omissão ou erro puder influenciar as decisões econômicas de usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Confiabilidade

A informação fornecida nas demonstrações contábeis deve ser confiável. A informação é confiável quando está livre de desvio substancial e viés, e representa adequadamente aquilo que tem a pretensão de representar ou seria razoável de se esperar que representasse.

Primazia da essência sobre a forma

Transações e outros eventos e condições devem ser contabilizados e apresentados de acordo com sua essência e não meramente sob sua forma legal. Isso aumenta a confiabilidade das demonstrações contábeis.

Prudência

Prudência é a inclusão de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas exigidas de acordo com as condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados

Integralidade

Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites da materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou torná-la enganosa e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância.

Comparabilidade

Os usuários devem ser capazes de comparar as demonstrações contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho

Tempestividade

Para ser relevante, a informação contábil deve ser capaz de influenciar as decisões econômicas dos usuários. Tempestividade envolve oferecer a informação dentro do tempo de execução da decisão. Se houver atraso injustificado na divulgação da informação, ela pode perder sua relevância

Equilíbrio entre custo e benefício

Os benefícios derivados da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos custos e benefícios é, em essência, um processo de julgamento. Além disso, os custos não recaem necessariamente sobre aqueles usuários que usufruem dos benefícios e, frequentemente, os benefícios da informação são usufruídos por vasta gama de usuários externos.

Já nas demonstrações contábeis foram inseridas algumas mudanças na sua elaboração e apresentação, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas em conformidade as normas internacionais. Tais modificações foram dentre elas as principais:

Balanco Patrimonial - BP: ativos e passivos separados em dois amplos grupos apenas, circulante e não circulante; anulação do ativo permanente no ativo, passando seus subgrupos imobilizado e investimento a agregar o ativo não circulante; o realizável a longo prazo incide ser qualificado no ativo não circulante; anulação do subgrupo ativo diferido no ativo não circulante; criação dos subgrupos intangíveis no ativo não circulante, e das contas de ajustes de avaliação patrimonial e ações em tesouraria no patrimônio líquido, sendo deste excluído reserva de reavaliação e lucros acumulados; e anulação do subgrupo resultado de exercícios futuros.

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE: as mudanças na DRE consistem basicamente na proibição da separação de receitas e despesas classificadas como não operacionais e a descaracterização das participações como despesa; apresentação do resultado líquido das operações continuadas separados das operações continuadas.

Demonstração do Resultado Abrangente – DRA: integra agora a demonstrações contábeis obrigatórias para Pequenas e Médias Empresas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL: não foi alterado o modo de elaboração e apresentação desta.

Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA: não é uma demonstração obrigatória pelo o CPC PME. Mas sua utilização é possível em substituição a DMPL, quando as modificações no PL forem decorrentes de resultados, distribuição do lucro, correção de erros de exercícios anteriores, e de alterações de políticas contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR: a demonstração do fluxo de caixa substituiu está demonstração.

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC: em substituição a DOAR, passou integrar o conjunto de demonstrações obrigatórias para PMEs.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA: essa demonstração também não é obrigatória para as Pequenas e Médias Empresas.

Notas Explicativas: as notas explicativas compreendem informações acessórias as demonstrações contábeis, sendo sua complementação. Fazendo parte essencial do conjunto de demonstrações contábeis.

Além disso, todas as modificações que a nova legislação coloca para as Sociedades Abertas estão sendo adotadas pelas Pequenas e Médias Empresas, tais como, estrutura conceitual básica, impairment ou avaliação de ativos, valor justo, ativos biológicos.

3. METODOLOGIA

Foi utilizado o método indutivo, sendo o mais adequado, já que, partiu de um levantamento particular para se chegar a uma conclusão geral, tendo sua natureza básica e análise de abordagem qualitativa. Ainda, a pesquisa tem o objetivo exploratório e os instrumentos técnicos para arrecadamento de informações são: bibliografia, documental e pesquisa de campo, questionário. O questionário conteve perguntas fechadas.

Este presente trabalho buscou verificar utilizando questionários quais os desafios mais acentuados que os profissionais contábeis têm ou terão com a adoção das normas internacionais contábeis e através de referências bibliográficas, analisaram quais foram os maiores impactos dessa aplicação das normas para as pequenas e médias empresas.

Por fim, o universo da pesquisa foi composto por escritórios de contabilidade registrados junto ao Conselho Regional de Contabilidade de Barreiras que tem o número total de 37 empresas, das quais fez parte da amostra um total de 30%, ou seja, 11 contabilidades.

4. PESQUISA DE CAMPO

Para se chegar resultado do objetivo geral colocado no início do projeto, fez-se necessário a execução da pesquisa de campo.

Segundo a Professora Ludmila Pena Fuzzi (2010):

A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Com isso, este presente capítulo versa sobre os resultados da pesquisa de campo feita com os contadores nos escritórios de contabilidade no município de Barreiras.

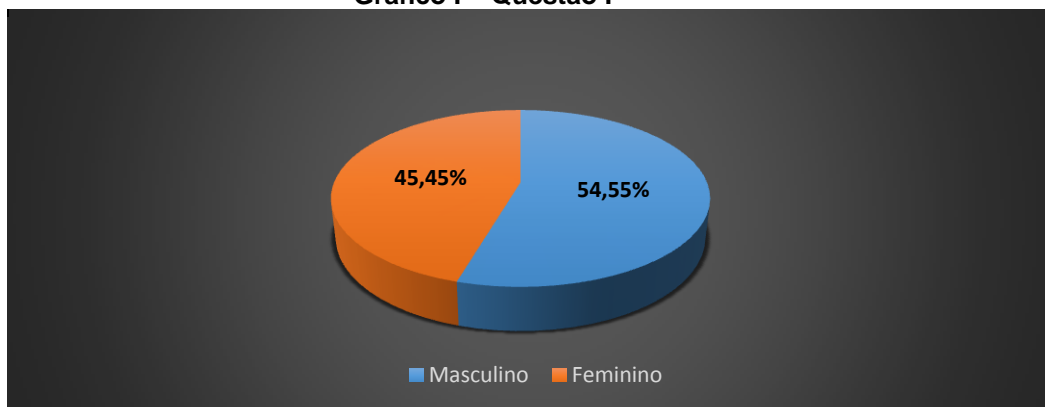
O intuito da pesquisa é mostrar quais os desafios mais acentuados enfrentados pelos profissionais contábeis no município de Barreiras após a adoção do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, norma que está em conformidade com as Normas Internacionais.

Do universo de 37 escritórios de contabilidade registrados junto ao Conselho Federal de Contabilidade de Barreiras, foram utilizados uma amostra de 30%, sendo assim, 11 contabilidades.

O questionário aplicado foi feito em duas partes, a primeira sobre o perfil do profissional contábil e a segunda sobre o Pronunciamento Técnico CPC PME, que serão apresentados os resultados a seguir:

Na primeira questão foi perguntado qual o sexo do profissional contábil, onde 54,55% são homens e 45,45% são mulheres.

Gráfico I – Questão I



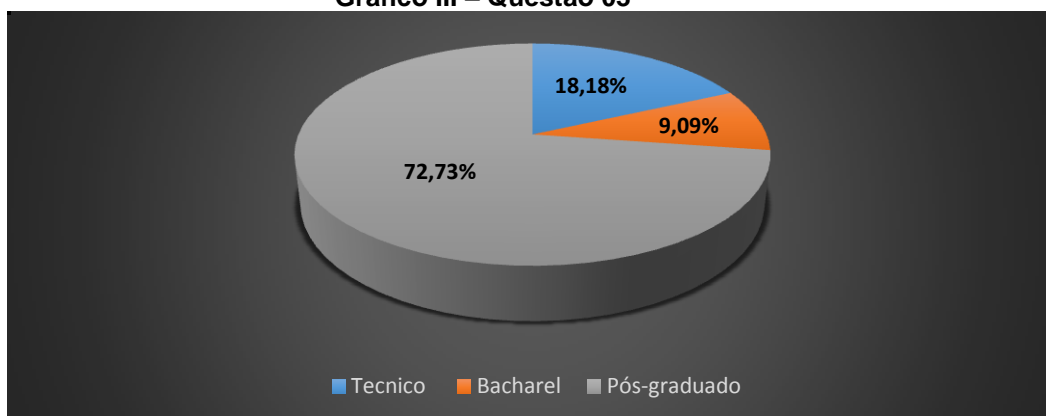
Na segunda questão, foi feita a pergunta sobre a faixa etária dos profissionais contábeis, sendo que 9,09% de 20 à 30 anos, 36,36% de 31 à 40 anos, 45,46% de 41 à 50 anos, e 9,09% acima de 50 anos.

Gráfico II – Questão 02



Na terceira questão, referiu-se ao nível de formação desses profissionais, constituindo 18,18% técnico em contabilidade, 9,09% bacharel em ciências contábeis, e 72,73% pós-graduado.

Gráfico III – Questão 03



Na quarta questão, perguntou-se a esses profissionais há quanto tempo foi feita a última formação, estando 9,09% até 1 ano, 18,18% de 1 a 2 anos, 9,09% de 2 a 3 anos, 63,64% acima de 4 anos.

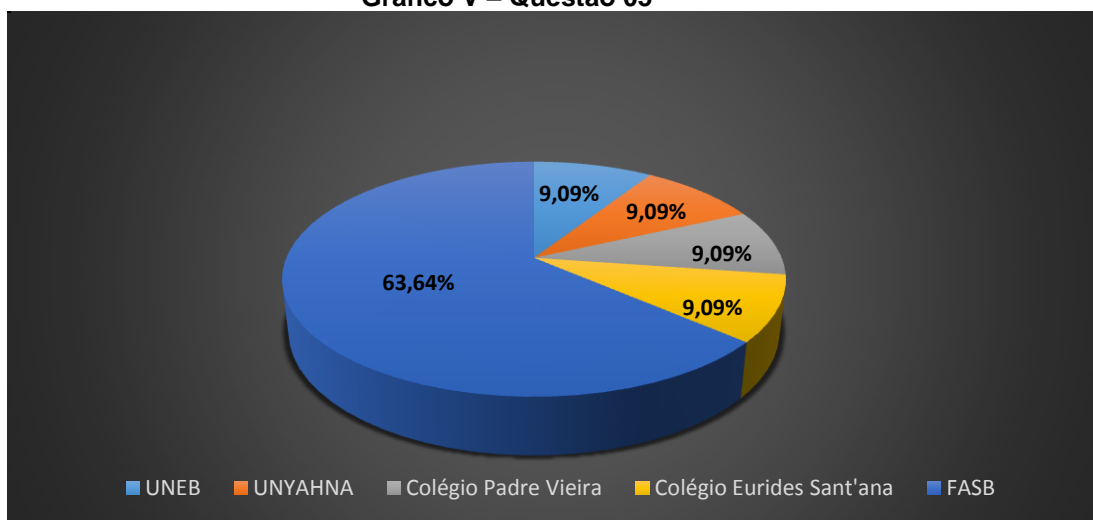
Gráfico IV – Questão 04



Na quinta questão, foi perguntada a cidade e instituição de formação desses profissionais. Observou-se que todos os profissionais, ou seja, 100% tiveram suas formações no município de Barreiras.

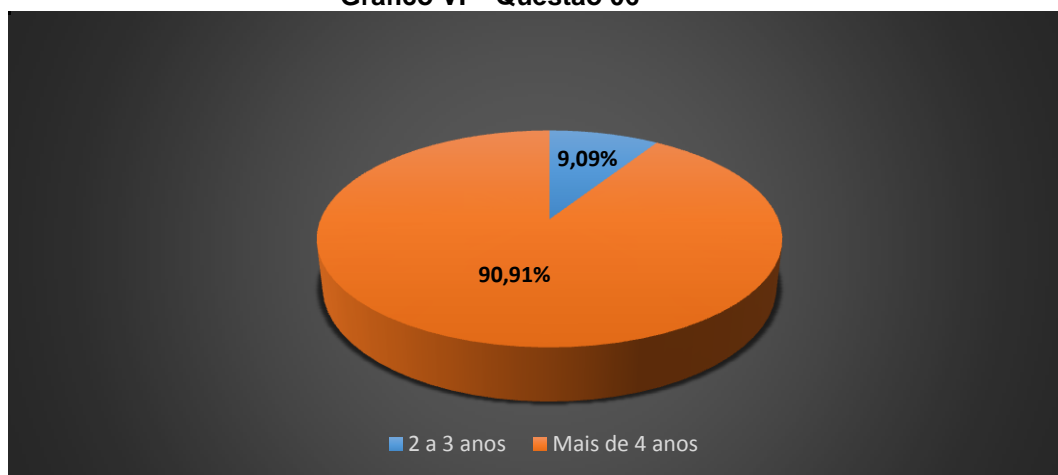
Considerando as instituições de ensino em nível técnico, chegou-se ao resultado de que 9,09% estudaram no Colégio Municipal Padre Vieira e 9,09% no Colégio Municipal Eurides Sant'ana. Já em nível de formação superior 9,09% na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), 9,09% no Instituto de Educação Superior Unyahna de Barreiras, e 63,64% na Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB).

Gráfico V – Questão 05



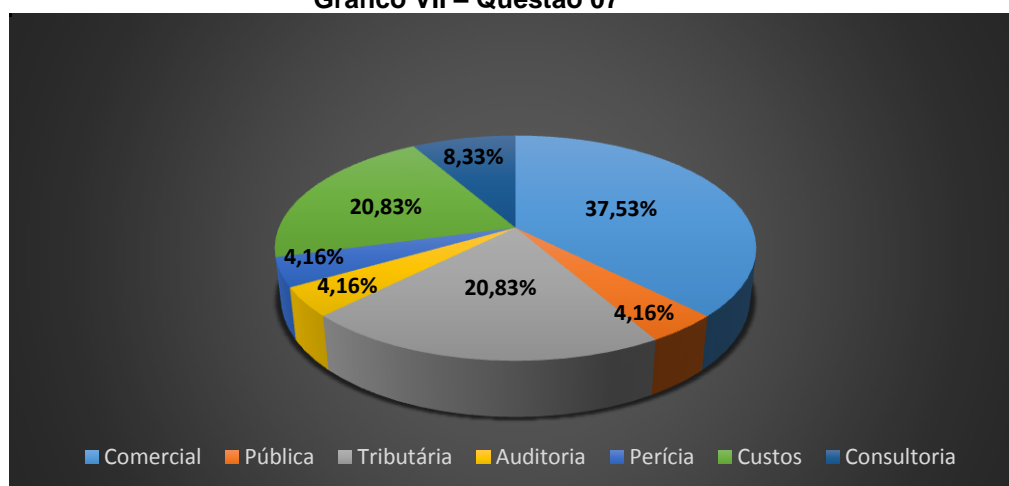
Na sexta questão, os profissionais tiveram que responder há quanto tempo ele atuante na profissão contábil, onde analisou-se que 9,09% de 2 a 3 anos e 90,91% mais de 4 anos.

Gráfico VI – Questão 06



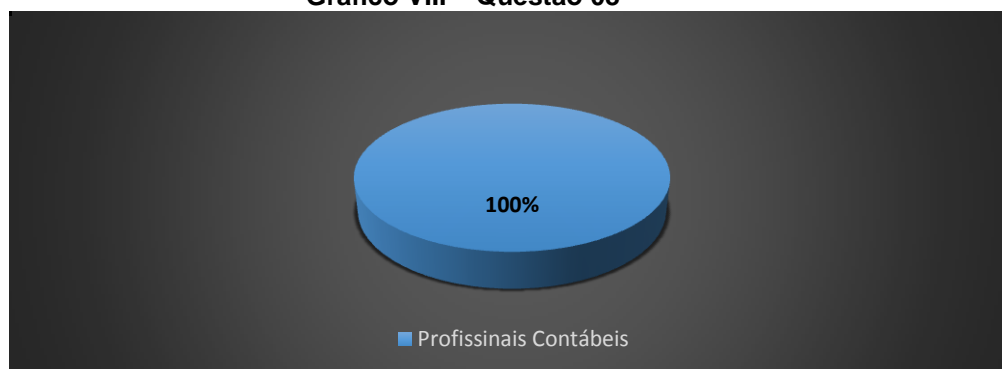
Na sétima questão, os profissionais foram questionados sobre as áreas de atuação eles mais operam, verificou-se que atuam 37,53% em comercial, 4,16% em pública, 20,83% em tributária, 4,16% em auditoria, 4,16% em perícia, 20,83% em custos, e 8,33% em consultoria.

Gráfico VII – Questão 07



Na oitava questão, iniciou-se os questionamentos sobre a nova legislação, sendo que a primeira pergunta feita aos profissionais eram se eles já tinham conhecimento da mesma, 100% dos profissionais afirmaram conhecerem o Pronunciamento Técnico CPC PME.

Gráfico VIII – Questão 08



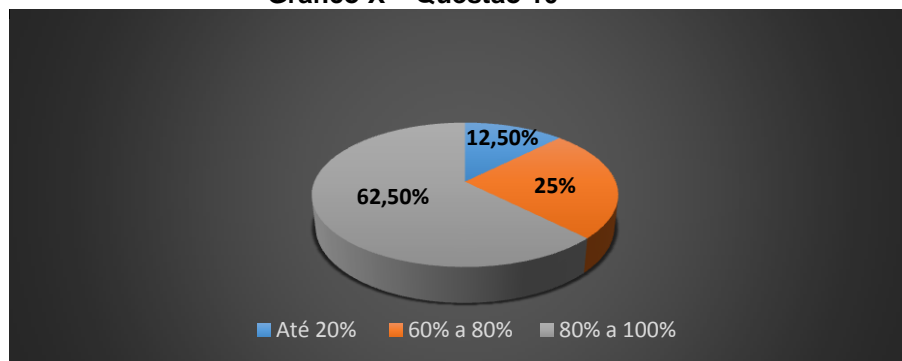
Na nona questão, foi perguntado aos profissionais se as empresas em que eles prestam serviços já utilizam essas novas normas, 72,73% disseram que sim e 27,27% disseram que não.

Gráfico IX – Questão 09



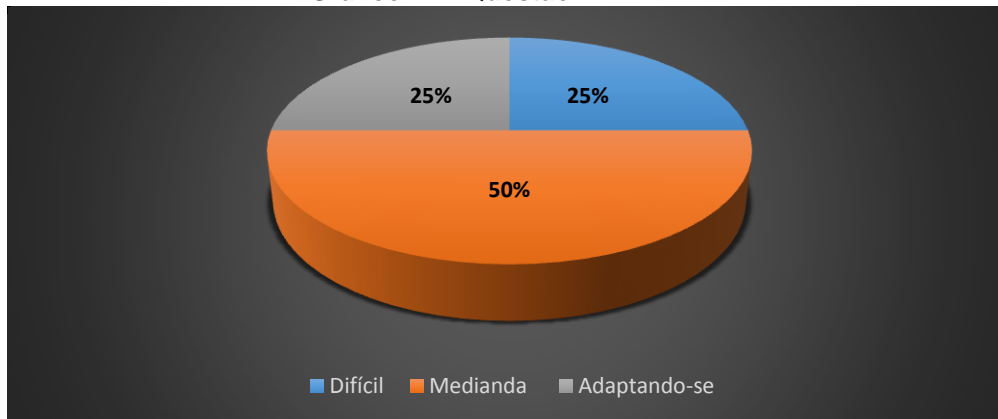
Na décima questão, os profissionais contábeis tiveram que responder quantos (em porcentagem) do total das empresas em que prestam serviços já utiliza essa nova legislação, 12,50% deles responderam que até 20% das empresas, 25% responderam de 60% a 80% das empresas, e 62,50% responderam de 80% a 100% empresas.

Gráfico X – Questão 10



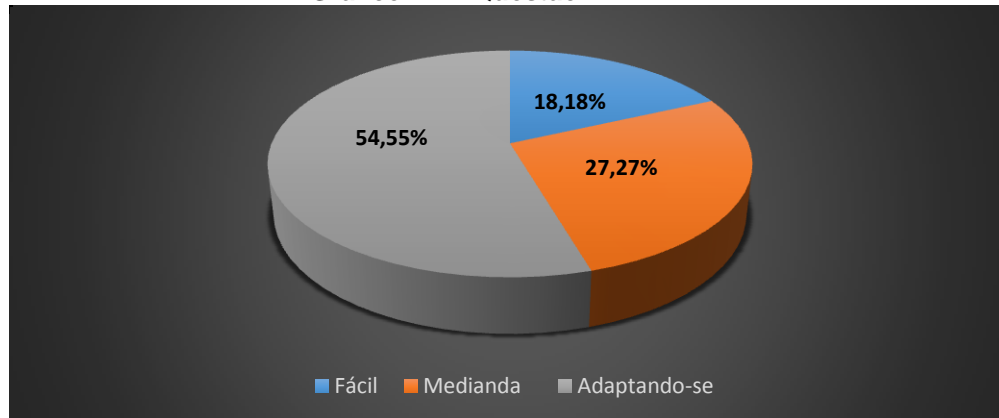
Na décima primeira questão, perguntou aos profissionais contábeis de que forma as empresas em que prestam serviços estão se adaptando a essa nova legislação, eles responderam que 25% de forma difícil, 50% de forma mediana, 25% estão adaptando-se.

Gráfico XI – Questão 11



Na décima segunda questão, foi questionado aos profissionais contábeis de que forma eles adaptaram-se a essa nova norma, 18,18% desses profissionais afirmaram de forma fácil, 27,27% desses profissionais afirmaram de forma mediana, e 54,55% dos profissionais afirmaram que estão adaptando-se.

Gráfico XII – Questão 12



Na décima terceira questão, perguntou se os profissionais contábeis se eles tiveram que mudar a rotina de trabalho devido as IFRS para PMEs, 18,18% deles disseram que sim e 81,82% deles disseram que não.

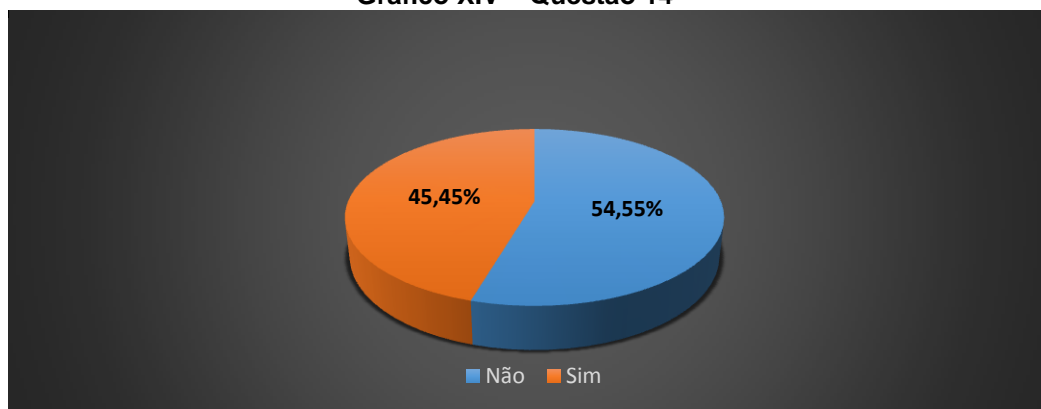
Gráfico XIII – Questão 13



Na décima quarta questão, questionou-se dos profissionais o que eles tiveram de modificar em relação à legislação anterior com a atual, 54,55% disseram que não e 45,45% disseram que sim.

Dentre essas mudanças destacaram-se: as demonstrações contábeis, suas formas e criação de novos relatórios mais detalhados e transparentes, como por exemplo, o balanço patrimonial; o sistema de controles internos, plano de contas e treinamento intensivo do pessoal; e mais empenho dos contadores em relação a adequação as novas normas.

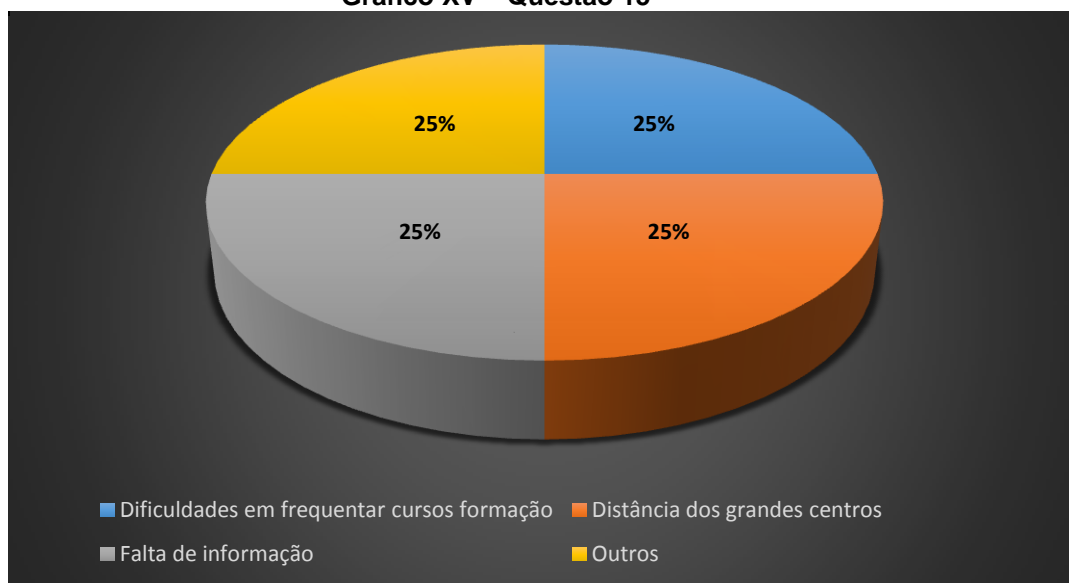
Gráfico XIV – Questão 14



Na décima quinta questão, os profissionais contábeis responderam sobre quais desafios que eles consideravam mais relevantes em relação a IFRS para PMEs, 25% consideraram dificuldade em frequentar cursos de formação, 25% consideraram distância dos grandes centros, 25% consideram falta de informação, e 25% consideraram outros motivos.

Dentre esses foram destacados: a disponibilidade de cursos gratuitos pelo o CRC, sistemas e adaptação, a falta de informação por parte dos clientes, e até mesmo a não existência dessas dificuldades.

Gráfico XV – Questão 15



Na décima sexta e última questão, foi deixado livre espaço para que os profissionais expressasse sua opinião sobre o que poderia ser feito para eles se atualizarem. O resultado obtido foi o seguinte:

A maioria, 54,55%, responderam que tanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), deveriam viabilizar cursos profissionalizantes de educação continuada para os profissionais no município de Barreiras no estado da Bahia.

Os outros 45,45%, contestaram que: os profissionais deveriam se capacitarem mais; participarem em eventos que versem sobre a matéria; se informarem e interagirem com os grandes centros; levarem informações e conscientizações aos empresários; e lerem frequentemente bons livros que abordem sobre o assunto.

E aqui, se encerra as análises do que se foi encontrado na pesquisa.

5. CONCLUSÃO

Com este trabalho, foram observadas algumas modificações com adoção do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, trazendo para as mesmas uma forma de contabilizar diferente de antes. Proporcionando as PMEs a oportunidade de se adequarem as exigências mundiais, antes executadas apenas pelas as Sociedades Abertas.

Levando em consideração essas mudanças, o trabalho teve como um dos objetivos analisar os desafios mais relevantes dos contadores no município de Barreiras no estado da

Bahia. Obtendo assim, resultados acentuados sobre o que os contadores pensam sobre essas novas normas.

Segundo as informações adquiridas através dos questionários entregues aos contadores, foi analisado que todos os contadores têm conhecimento dessa nova legislação e que do total de todas essas empresas em que eles prestam serviços, a maioria já fazem suas contabilizações em conformidade com as IRFS, ainda, muitas delas estão adaptando-se de forma mediana.

Atendendo ao objetivo de examinar quais os desafios dos profissionais contábeis, verificou-se que a maioria dos contadores estão ainda se adaptando essa nova legislação, mas a grande parte não tiveram que mudar suas rotinas de trabalho.

Chegaram à conclusão que os desafios mais relevantes foram as dificuldades de encontrar cursos de formação, as distâncias dos grandes centros, a falta de informação, a disponibilidade de cursos gratuitos pelo o CRC, sistemas e adaptação, a falta de informação por parte dos clientes, e até mesmo a não existência dessas dificuldades.

E opinaram que o que poderia ser feito para se atualizarem, seria que tanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), deveriam viabilizar cursos profissionalizantes de educação continuada para os profissionais no município de Barreiras no estado da Bahia.

INTERNATIONAL ACCOUNTING: Brazil and the process of harmonization of accounting international standards.

Larissa Alves Castro

Luciana Silva Moraes

ABSTRACT

The globalization of the market approached the business world and has influenced the need for a convergence of international accounting standards, since accounting is considered the language of business. These standards have changed the way they do accounting in Brazil. With the need to understand the current period, this article aims to address the aim of the transformations that have existed with the adoption of (IFRS), International Accounting Standards, in particular for Small and Medium businesses, and also demonstrate the challenges more relevant accounting professionals in Barreiras in Bahia. In order to achieve these objectives, tests were performed on the bibliographic introductions of international standards in Brazil, in particular for Small and Medium Enterprises, as well as a field survey in 11 accounts, with questionnaires applied to the counters.

Keywords: convergence of international accounting standards, International Accounting Standards, Small and Medium Enterprises.

Larissa Alves Castro – acadêmica de Ciências Contábeis. Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. E-mail: larissa_a.castro@hotmail.com.

**Lucina Silva Moraes – coordenadora de Ciências Contábeis. Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. Educadora, contadora e mestra em Administração. E-mail: lumoresba@hotmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de novembro de 2007.

BRASIL. Resolução CFC nº 1.055, de 7 de outubro de 2005.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade, Processos de Convergência, Disponível em <http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/camara_tecnica/processos_de_convergencia/comite_de_convergencia/> Acesso em 16 de setembro de 2013

FUZZI, Ludmila Pena. O que é a pesquisa de campo?, 29 de março de 2010. Disponível em: <<http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html/>> Acesso em: 07 de novembro de 2013.

IFRS. A organização, 22 de maio de 2013. Disponível em <<http://www.ifrs.org/The-organisation/Pages/IFRS-Foundation-and-the-IASB.aspx>> Acesso em: 22 de maio de 2013

MULLER, A. N. & **SCHERER,** L. M. Contabilidade Avançada e Internacional, 3ª Edição, Editora Saraiva, 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade Internacional, 1ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 2008.

SANTOS, V. S (*apud* BEUREN). Planejamento Tributário. 2012. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário FASB, 2012.

SCHMIDT, P.; **SANTOS.** J. L. & **FERNANDES,** L. A. Fundamentos de Contabilidade Internacional, São Paulo, Editora Atlas, 2006.

SILVA, Alessandro. Conceito e Importância da Contabilidade, 17 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/678/conceito-e-importancia-da-contabilidade/>> Acesso em: 17 de abril de 2013.

SILVA, Francisco Felipe da. Demonstrações contábeis para Pequenas e Médias Empresas (PMES) elaboradas a partir da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais. *Revista Brasileira de Contabilidade.* Brasília, n. 200, p. 51-68, Mar./Abr. 2013.
